



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	1
1. Definição e evolução histórica do direito das obrigações.....	1
1.1. Características da relação obrigacional	4
1.2. Conteúdo da relação obrigacional.....	5
1.3. Distinção da relação obrigacional e da relação de direito real (relação real)	6
1.4. Obrigações reais. Obrigações <i>propter rem</i> . Distinção dos ônus reais.....	7
2. Importância do direito das obrigações	9
3. Situação do direito das obrigações no sistema jurídico brasileiro	12
4. Obrigação como processo	13
4.1. Estrutura da obrigação como processo: deveres decorrentes da relação obrigacional	13
4.2. Compreensão dual da relação obrigacional: débito e responsabilidade....	15
5. Unificação do direito das obrigações no Código Civil de 2002	16
6. Elementos da relação obrigacional	20
6.1. Sujeitos.....	20
6.2. Objeto	20
6.2.1. A patrimonialidade do objeto.....	20
6.2.2. Objeto da obrigação: prestação de fato e prestação de coisa	21
6.2.3. Obrigações pecuniárias: prestação de dinheiro	22
6.2.3.1. Princípio nominalista das prestações pecuniárias	24
6.2.3.2. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor	25
6.2.4. Requisitos do objeto	26
6.2.4.1. Licitude	26
6.2.4.2. Possibilidade	27
6.2.4.3. Determinação	28
6.2.5. Complexidade do objeto da relação obrigacional: a obrigação como totalidade	28

6.3.	Fato jurídico	29
6.4.	Garantia.....	29
CAPÍTULO 2 – FONTES DAS OBRIGAÇÕES.....		33
1.	Aproximação histórica das fontes das obrigações	33
2.	Divisão clássica quadripartida das fontes obrigacionais.....	34
3.	Situação atual da divisão das fontes obrigacionais.....	34
4.	Obrigações originadas por negócios jurídicos	36
4.1.	Negócio jurídico bilateral: contrato	37
4.1.1.	Contrato e causa.....	39
4.1.2.	Eficácia obrigacional e eficácia real do contrato.....	43
4.2.	Negócio jurídico unilateral	44
4.2.1.	Promessa de recompensa.....	45
5.	Obrigações decorrentes de imputação legal.....	46
5.1.	Atos ilícitos	47
5.2.	Imposição legal do dever de prestação	50
6.	Obrigações decorrentes de condutas sociais típicas.....	51
7.	Obrigações decorrentes da gestão de negócios.....	51
7.1.	Requisitos.....	52
7.2.	Efeitos	52
7.2.1.	Obrigações do gestor.....	53
7.2.2.	Obrigações do dono do negócio	53
8.	Obrigações decorrentes de enriquecimento sem causa	54
8.1.	Situações específicas de enriquecimento sem causa: pagamento indevido...	57
8.2.	Situações específicas de enriquecimento sem causa: lucro de intervenção...	57
CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....		61
1.	A proteção da confiança no direito das obrigações.....	61
2.	Princípio da boa-fé	62
2.1.	A boa-fé como cláusula geral.....	64
2.2.	Funções da boa-fé	65
2.3.	Situações típicas derivadas da boa-fé	67
3.	Princípio da autonomia da vontade.....	68
3.1.	Autonomia da vontade e vinculatividade	70
3.2.	Autonomia da vontade e relatividade.....	71
4.	Princípio do equilíbrio ou equivalência material	71
5.	Princípio da solidariedade.....	73

5.1.	Eficácia externa das obrigações em relação a terceiros	74
5.2.	Relação obrigacional e respeito à ordem pública e aos bons costumes	77
CAPÍTULO 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES		79
1.	Obrigações civis e obrigações naturais	79
1.1.	Características das obrigações naturais	80
1.2.	Algumas hipóteses de obrigações naturais	81
2.	Modalidades de obrigação quanto ao conteúdo da prestação principal	82
2.1.	Obrigações de dar	82
2.1.1.	Obrigações de dar coisa certa	83
2.1.1.1.	Tempo e modo do adimplemento: transmissão do domínio sobre a coisa e os riscos da prestação	84
2.1.1.2.	Inadimplemento total ou parcial da obrigação de dar coisa certa	86
2.1.1.3.	Perda ou deterioração da coisa por culpa do devedor	86
2.1.1.4.	Perda ou deterioração da coisa sem culpa do devedor	87
2.1.2.	Obrigações de restituir	88
2.1.2.1.	Perda da coisa a ser restituída e inadimplemento	88
2.1.2.2.	Deterioração da coisa a ser restituída e inadimplemento	89
2.1.2.3.	Superveniência de melhoramentos e acréscimos à coisa antes da restituição	90
2.1.3.	Obrigações de dar coisa incerta	91
2.2.	Obrigações de fazer	93
2.2.1.	Obrigações de cumprimento personalíssimo <i>intuitu personae</i>	94
2.2.2.	Obrigações de declarar vontade	94
2.2.3.	Inadimplemento da obrigação de fazer	94
2.2.3.1.	Tutela processual para cumprimento específico da obrigação de fazer	95
2.3.	Obrigações de não fazer	96
3.	Pluralidade de prestações: obrigações cumulativas	98
4.	Pluralidade de prestações: obrigações alternativas	98
4.1.	Titularidade e exercício do direito de escolha da prestação	99
4.2.	Impossibilidade de cumprimento e inadimplemento	100
5.	Obrigações facultativas	100
6.	Classificação da obrigação quanto à divisibilidade do objeto	101

6.1.	Obrigações indivisíveis	101
6.2.	Obrigações divisíveis	102
6.3.	Efeitos da divisibilidade da prestação em relação à pluralidade de devedores.....	103
6.4.	Efeitos da divisibilidade da prestação em relação à pluralidade de credores	103
6.5.	Perda da indivisibilidade.....	104
7.	Obrigações solidárias.....	105
7.1.	Fundamento e natureza da solidariedade	106
7.2.	Espécies de obrigações solidárias	108
7.3.	Solidariedade ativa	109
7.3.1.	Efeitos da solidariedade ativa.....	110
7.3.2.	Conversão da obrigação solidária original em perdas e danos...	112
7.3.3.	Oposição de exceções pessoais do devedor	112
7.4.	Solidariedade passiva	113
7.4.1.	Inadimplemento culposo da obrigação e seus efeitos aos codevedores solidários	116
7.4.2.	Oposição de exceções pessoais do devedor	117
7.4.3.	Vencimento antecipado da dívida em relação a um dos devedores solidários.....	117
7.4.4.	Morte de um dos devedores solidários.....	118
7.4.5.	Renúncia à solidariedade pelo credor	118
7.4.6.	Eficácia do pagamento na relação interna entre os devedores solidários	119
8.	Obrigações de execução instantânea, diferida ou duradoura.....	121
9.	Obrigações puras, condicionais, a termo e com encargo	122
10.	Obrigações de meio, de resultado e de garantia.....	123
11.	Obrigações principais e acessórias.....	126
CAPÍTULO 5 – TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES		129
1.	Alteração da posição subjetiva da relação obrigacional.....	129
2.	Cessão de crédito.....	131
2.1.	Requisitos da cessão de crédito	132
2.2.	Eficácia da cessão de crédito.....	134
2.2.1.	Efeitos da cessão de crédito em relação ao devedor.....	135
2.2.2.	Responsabilidade do cedente perante o cessionário.....	137
3.	Assunção de dívida.....	139
3.1.	Espécies	140

3.2.	Requisitos da assunção de dívida.....	142
3.3.	Eficácia da assunção de dívida	144
4.	Cessão de posição contratual (cessão do contrato).....	145
4.1.	Requisitos da cessão de posição contratual.....	148
4.2.	Efeitos da cessão de posição contratual.....	150
CAPÍTULO 6 – ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....		153
1.	Conceito de adimplemento	153
2.	Adimplemento e deveres de boa-fé.....	155
3.	Adimplemento e causas de extinção das obrigações	156
4.	Pagamento	158
4.1.	Natureza jurídica do pagamento	160
4.2.	Condições subjetivas do pagamento.....	163
4.2.1.	De quem deve pagar.....	164
4.2.1.1.	Pagamento por pessoa titular de interesse jurídico na extinção da dívida	164
4.2.1.2.	Pagamento por pessoa sem interesse jurídico na extinção da dívida	165
4.2.2.	A quem se deve pagar.....	167
4.2.2.1.	Pagamento realizado ao credor ou a seu representante.....	168
4.2.2.2.	Pagamento realizado a terceiro que não é credor.....	169
4.2.2.3.	Pagamento realizado a credor incapaz	171
4.2.2.4.	Pagamento realizado a credor cujo crédito foi penhorado	172
4.3.	Condições objetivas do pagamento.....	173
4.3.1.	Obrigações pecuniárias e pagamento.....	174
4.3.2.	Cláusula de escala móvel.....	178
4.3.3.	Cláusula de renegociação.....	180
4.3.4.	Revisão judicial do objeto da obrigação.....	180
4.3.4.1.	Revisão do objeto da obrigação e teoria da imprevisão.....	183
4.3.4.2.	Revisão do objeto da obrigação e teoria da onerosidade excessiva	184
4.3.4.3.	Revisão do objeto da obrigação e teoria da base do negócio jurídico	185
4.3.4.4.	Revisão do objeto da obrigação e exceção da ruína... ..	188
4.3.4.5.	Revisão judicial do objeto da obrigação segundo o art. 317 do Código Civil.....	189

4.3.5.	Do lugar do pagamento.....	191
4.3.6.	Do tempo do pagamento.....	195
4.3.6.1.	Realização e exigibilidade da prestação conforme a espécie de obrigação	195
4.3.6.2.	Antecipação da exigibilidade da prestação	197
4.4.	Da prova do pagamento.....	199
4.4.1.	O ato de quitação.....	199
4.4.2.	Presunção de quitação	201
4.5.	Modalidades especiais de pagamento.....	203
4.5.1.	Pagamento em consignação	204
4.5.1.1.	Natureza jurídica do pagamento em consignação	207
4.5.1.2.	Situações que autorizam o pagamento em consignação	208
4.5.1.2.1.	Mora do credor	209
4.5.1.2.2.	Insegurança subjetiva e objetiva quanto à realização satisfatória da prestação.....	210
4.5.1.3.	Pressupostos do pagamento em consignação.....	211
4.5.1.4.	Efeitos do pagamento em consignação	213
4.5.1.5.	Levantamento do depósito	214
4.5.2.	Pagamento com sub-rogação	214
4.5.2.1.	Sub-rogação legal.....	216
4.5.2.2.	Sub-rogação convencional.....	218
4.5.2.3.	Efeitos do pagamento com sub-rogação	219
4.5.3.	Imputação do pagamento	220
4.5.3.1.	As espécies de imputação	222
4.5.3.2.	Imputação do pagamento e tutela do interesse do credor.....	223
4.5.4.	Dação em pagamento.....	224
4.5.4.1.	Requisitos	225
4.5.4.2.	Efeitos	227
5.	Novação	230
5.1.	Pressupostos da novação.....	231
5.2.	Espécies de novação.....	234
5.2.1.	Novação objetiva ou real	234
5.2.2.	Novação subjetiva ou pessoal	235
5.2.3.	Novação mista.....	237
5.3.	Efeitos da novação.....	237

6.	Compensação.....	238
6.1.	Espécies	240
6.1.1.	Compensação legal.....	241
6.1.2.	Compensação convencional	245
6.1.3.	Compensação judicial.....	246
6.2.	Dívidas insuscetíveis de compensação	247
6.3.	Restrições à compensação.....	250
6.4.	Efeitos da compensação	250
7.	Confusão.....	251
7.1.	Pressupostos da confusão	252
7.2.	Espécies de confusão	253
7.3.	Efeitos da confusão	254
8.	Remissão de dívidas.....	255
8.1.	Espécies de remissão.....	256
8.2.	Presunções de liberação	257
8.3.	Efeitos da remissão	258
CAPÍTULO 7 – INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....		259
1.	Caracterização do inadimplemento das obrigações	259
1.1.	Inadimplemento e deveres decorrentes da relação obrigacional.....	262
1.2.	Inadimplemento e interesse útil do credor	263
1.3.	Inadimplemento e tutela da confiança	264
1.4.	Inadimplemento e impossibilidade de realização da prestação devida.....	265
2.	Classificação das espécies de inadimplemento.....	267
2.1.	Inadimplemento absoluto.....	267
2.1.1.	Inadimplemento absoluto e responsabilidade por danos decorrentes de ato ilícito absoluto	268
2.1.2.	Inadimplemento de obrigações positivas e de obrigações negativas.....	269
2.1.3.	Distinção entre contratos benéficos e onerosos em relação à responsabilidade do devedor por inadimplemento.....	270
2.2.	Inadimplemento relativo (mora)	271
2.2.1.	Mora do devedor.....	271
2.2.1.1.	Constituição em mora (mora <i>ex re</i> e mora <i>ex persona</i>)	273
2.2.1.2.	Responsabilidade do devedor pela mora	276
2.2.1.3.	Purga da mora pelo devedor.....	276

2.2.2.	Mora do credor.....	278
2.2.2.1.	Responsabilidade do credor pela mora.....	279
2.2.2.2.	Purga da mora pelo credor.....	279
2.3.	Inadimplemento de deveres anexos ou laterais: a violação positiva do crédito.....	279
2.4.	Inadimplemento antecipado.....	282
3.	Situações que excluem a responsabilidade pelo inadimplemento: o caso fortuito ou de força maior.....	284
3.1.	Características do caso fortuito e da força maior.....	285
3.2.	Distinção entre caso fortuito e força maior. Situação atual.....	286
3.3.	O fortuito interno e o fortuito externo.....	287
3.4.	Efeitos do caso fortuito e da força maior.....	288
4.	Eficácia legal do inadimplemento imputável e responsabilidade do devedor.....	289
4.1.	Direito de resolução.....	289
4.2.	Perdas e danos.....	290
4.2.1.	Distinção entre interesses contratuais positivos e interesses contratuais negativos.....	292
4.2.2.	Conteúdo dos danos emergentes.....	293
4.2.3.	Conteúdo dos lucros cessantes.....	295
4.3.	Juros.....	296
4.3.1.	Juros compensatórios.....	298
4.3.2.	Juros moratórios.....	299
4.3.3.	Indenização suplementar no inadimplemento de obrigações pecuniárias.....	301
4.4.	Atualização monetária.....	302
4.5.	Honorários advocatícios.....	303
5.	Cláusula penal.....	304
5.1.	Funções da cláusula penal.....	305
5.2.	Espécies.....	306
5.2.1.	Cláusula penal compensatória.....	307
5.2.2.	Cláusula penal moratória.....	307
5.3.	Efeitos.....	308
5.3.1.	Cláusula penal compensatória e indenização suplementar.....	309
5.3.2.	Efeitos da cláusula penal conforme a divisibilidade da obrigação.....	310
5.4.	Limite e controle judicial do valor da cláusula penal.....	311
5.5.	Distinção da cláusula penal e outras figuras afins.....	313

5.5.1.	Cláusula penal e cláusula de arrependimento (ou multa penitencial).....	313
5.5.2.	Cláusula penal e abono de pontualidade.....	314
5.5.3.	Cláusula penal e cláusula limitativa de indenização	315
5.5.4.	Cláusula penal e arras	316
6.	Situações que atenuam a responsabilidade pelo inadimplemento.....	316
6.1.	Cláusulas de limitação e de exclusão de responsabilidade.....	317
6.1.1.	Limites à estipulação das cláusulas de limitação e exclusão de responsabilidade.....	319
6.1.2.	Cláusulas de limitação e exoneração de responsabilidade nos contratos de consumo	321
6.2.	Adimplemento substancial (ou inadimplemento irrelevante)	321
6.3.	Compensação dos benefícios e prejuízos do credor (<i>Compensatio lucri cum damni</i>).....	324
6.4.	Dedução dos danos resultantes de agravamento do devedor	326
6.5.	O inadimplemento eficiente	328
CAPÍTULO 8 – DAS ARRAS OU SINAL		331
1.	Definição e função.....	331
2.	Espécies	332
2.1.	Arras confirmatórias.....	333
2.2.	Arras penitenciais.....	334
3.	Arras e relações de consumo.....	334
CAPÍTULO 9 – GARANTIAS DAS OBRIGAÇÕES.....		337
1.	A noção de garantia das obrigações	337
1.1.	Meios conservatórios do interesse do credor.....	339
1.2.	Meios coercitivos de tutela do interesse do credor	339
1.3.	Meios acautelatórios do interesse do credor	341
1.4.	Meios coativos de tutela do interesse do credor	342
2.	Limites à eficácia da responsabilidade patrimonial do devedor.....	342
3.	Igualdade entre os credores: <i>par conditio creditorum</i>	347
4.	Insolvência do devedor.....	348
5.	Preferências e privilégios creditórios.....	350
5.1.	Privilégios especiais.....	351
5.2.	Privilégios gerais.....	353
6.	Classificação das garantias	355
6.1.	Garantia geral e garantias especiais	355

6.2.	Garantias pessoais, garantias reais e garantias fiduciárias.....	356
6.3.	Garantias acessórias e garantias autônomas.....	357
7.	Espécies de garantias especiais.....	357
7.1.	Garantias acessórias.....	358
7.2.	Garantias pessoais.....	358
7.2.1.	Fiança.....	358
7.3.	Garantias reais.....	361
7.3.1.	Penhor.....	361
7.3.2.	Hipoteca.....	365
7.3.3.	Anticrese.....	368
7.4.	Garantias fiduciárias.....	369
7.4.1.	Alienação fiduciária.....	370
7.4.2.	Cessão fiduciária de direitos.....	373
7.5.	Garantias autônomas.....	375
7.5.1.	Aval.....	376
7.5.2.	Garantias no comércio internacional.....	377
7.5.3.	Cartas de conforto.....	381
	REFERÊNCIAS.....	383